

MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO DO GT OUTORGA DO CANTAREIRA - GESTÃO 2015-2017		
DATA: 06/07/2015	HORÁRIO: 09h30	LOCAL: FABHAT

LISTA DE PRESENÇA – MEMBROS	
Entidade	Nome
SABESP	Marco Antônio Barros
ABES	Márcio G. Oliveira
AESabesp	Viviana Borges
APU	Nilton de Santana
DAEE	Seica Ono
FIESP	Ronaldo Sérgio Vasques
Guarulhos	Lais Higuti
SABESP	Nilzo Fumes
São Bernardo do Campo	Erika Martins
São Paulo	Ricardo Gaspar
São Paulo	Joaquim J. M. Bastos
SMA	Laura Perez
SMA	Liv Nakashima
SSRH	Hiroaki Makibara
Suzano	Letícia de Fátima Moraes
CONVIDADOS	
Ministério Público	Ricardo Manuel Castro
Ministério Público	Ricardo Menjhini
Ministério Público	Liliane Ibrahim
SSRH / Secretaria Executiva	Beatriz da Silva Gonçalves Vilerá

#### ASSUNTOS TRATADOS, DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS:

Reunião foi iniciada pelo coordenador às 9:30hs. Como a memória da reunião já tinha sido comentada e revisada ao longo da semana, por e-mails, e consultado os membros, foi considerada aprovada.

Conforme a agenda, segue-se a apresentação do eng. Marco Antônio, da Sabesp. Cópia da apresentação foi entregue ao GT Outorgas e será enviada aos membros, por e-mail.

Foi apresentado um resumo da proposta da SABESP sobre outorga do Sistema Cantareira, conforme já consta do ofício encaminhado ao DAEE.

Em seguida foi explicada a diferença no comportamento dos reservatórios do Sistema equivalente quando se adotam curvas de aversão a risco com base no biênio 1953-54 e 2014-15.

Como o ano 2014 foi muito crítico, as novas curvas com base nesse ano tendem a autorizar retiradas do sistema extremamente conservadoras resultando em frequências elevadas de altos níveis dos reservatórios. Em outras palavras, o sistema equivalente tende a ficar muito mais tempo cheio, o que aumenta os vertimentos em épocas de cheias e reduz as retiradas.

Concluiu-se que 2014 é um ano extremamente atípico e não pode ser utilizado para estabelecer regras de longo prazo. Quando vier uma estiagem igual a de 2014, é necessário adotar medidas de contingência. As regras de operação do sistema devem ser para situações de normalidade. Se adotar o ano 2014 nas definições dos parâmetros de outorga, o sistema fica inviável. O cenário 2014/15 deve ser utilizado para situações de contingência.

As regras operacionais devem ser dinâmicas, e flexíveis em função das inúmeras variáveis inclusive imprevisíveis – tanto de seca quanto de inundações – e devem necessariamente ser efetuados ajustes de tempos em tempos. A outorga é diferente. É a definição de um “direito de uso” e do valor limite de “até xx m<sup>3</sup>/s” que pode ou não ser atingido em função de necessidades operacionais de cada momento. Por isso considera que são necessários dois tipos de documentos: um de outorga, e outro de “regras de operação”.

Em seguida o coordenador apresentou alguns dados disponíveis na Secretaria de Recursos Hídricos, pertinentes às duas barragens do PCJ, do Sistema Adutor PCJ, e das obras emergenciais em curso no Alto Tietê, pela SABESP, visando aumentar a segurança hídrica, esclarecendo tratar-se, no caso deste último, de informações de março de 2015, e que estão sujeitos às mudanças dado o caráter dinâmico do processo de planejamento.

Apresentou também alguns dados extraídos do SAISP – Sistema De Alerta a Inundações de São Paulo, que também fornece suporte ao monitoramento hidrológico das bacias PCJ. Os gráficos mostram que a contribuição intermediária, à jusante das barragens do Sistema Cantareira não pode ser negligenciada.

A área de drenagem entre as barragens Atibainha e Cachoeira e o local de captação de Campinas, um dos pontos mais críticos da bacia PCJ, é da ordem de 1600 km<sup>2</sup>, quase do mesmo tamanho que a área do Sistema Cantareira. Importante, portanto, seria a política de alocação de água nos pontos notáveis da bacia, dentre os quais, o local de captação de Campinas. A alocação deve ser de modo a garantir o abastecimento de água das populações de PCJ e do Alto Tietê.

Houve muitos questionamentos relacionados à falta de dados atualizados: Qual é a garantia de fornecimento de água? O que mudou com a série hidrológica até 2014? Qual a disponibilidade hídrica efetiva no local de cada manancial do Alto Tietê? É necessário entender se os 33 m<sup>3</sup>/s são realmente necessários. De quanto foi o desabastecimento em 2014? Concluiu-se que para responder a estas perguntas deveria se dispor de um modelo matemático com dados fluviométricos atualizados até 2014 e que simule a operação dos reservatórios existentes.

Erika manifestou preocupação com falta de informações sobre demandas de água, e índice de perdas. E o Ministério Público enfatizou a necessidade do GT dispor dessas informações, e que se discutam bastante, com base em dados técnicos.

Decidiu-se pela formação de um grupo constituído de menor número de pessoas, e que esse grupo deveria se reunir mais vezes para elaborar um texto base a ser discutido no GT. No início sugeriu-se um grupo de 3 pessoas, sendo um de cada segmento. No final, decidiu-se por grupo constituído de coordenador, Laura, da SMA, Erika de São Bernardo do Campo, Joaquim Bastos pelo município de São Paulo e Kachel, pela sociedade civil.

### **ENCAMINHAMENTOS PARA A PRÓXIMA REUNIÃO:**

1. Leitura dos documentos (antes da reunião) e considerações pontuais;
2. Apresentação sobre disponibilidades hídricas dos mananciais do Alto Tietê;
3. Redação do texto do GT, a definir.

### **PRÓXIMAS REUNIÕES**

**Datas:** 06, 14, 23 e 28 de julho (a última conjunta com a CTPA)

**Horário:** das 09h às 16h

**Local:** FABHAT – Rua Boa Vista, 84 – 6º andar – Centro – São Paulo – SP